

Aidano dá apoio a caminhoneiros

Os caminhoneiros de Brasília vão fundar uma associação em defesa dos interesses da categoria. No último sábado, em Sobradinho, reunidos com o advogado Aidano Faria, candidato do PDT à Câmara dos Deputados, eles assinaram a primeira ata da entidade e decidiram por unanimidade que, no decorrer desta semana, vão passar entre a classe um abaixo-assinado conclamando todos os carreteiros para uma reunião na qual serão debatidos os primeiros itens do estatuto.

A reunião com o candidato do PDT durou cerca de duas horas e meia. Vários caminhoneiros expuseram suas idéias sobre a associação e revelaram os problemas que enfrentam. Jaime da Cruz disse, entre outras coisas, que a entidade que pretendem criar vai lutar para que o governo conceda "facilidades fiscais, como a isenção do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, por exemplo, para que o associado possa renovar seu caminhão após cinco anos de uso".

Segundo ele, o governo precisa criar também "normas para eliminar o atravessador entre o consumidor e o produtor, permitindo que o carreteiro possa contratar diretamente a carga. Nós precisamos, também, de segurança nas estradas".

Outra reivindicação da categoria: a extensão ao caminhoneiro autônomo dos benefícios das microempresas (isenção de impostos, facilidade de créditos e financiamentos). Aidano Faria, após ouvir

as reivindicações destes profissionais, comprometeu-se a lutar na Câmara pelo fim do monopólio das transportadoras.

Impressionado com a situação dos caminhoneiros autônomos, depois de lembrar que o seu partido defende a livre sindicalização, Aidano Faria, disse que os problemas que estes profissionais enfrentam são de tal ordem que até a compra dos pneus está sendo dificultada pelas grandes empresas. "Precisamos sensibilizar o governo para o problema. Sabemos que as transportadoras formam um cartel poderoso, mas não recuaremos em denunciar a situação dos carreteiros e em lutar por melhores condições de trabalho para a categoria", disse o advogado que descobriu os assassinos de Mário Eugênio.

Paulo Fernandes de Oliveira, um dos caminhoneiros presentes, lembrou ao candidato do PDT um exemplo enfrentado pela categoria: o transporte de cimento: "Quem compra o produto, embora tenha o transporte, tem que pagar o frete e depois é ressarcido pela transportadora, recebendo 50 a 60 por cento do que realmente pagou", disse o profissional.

Oliveira disse, ainda, que o retorno não é compensatório porque as empresas, aproveitando-se da situação, só pagam a metade do frete. Vamos dar um exemplo: um caminhoneiro recebe 10 mil cruzados para fazer uma entrega em Belém do Pará. Para voltar, ele só consegue frete por cinco mil cruzados", disse.